

**MORALIDADE, IDONEIDADE E CONVIVÊNCIA¹:
PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS REPETIDORES DE CLASSE DO INES (1855 A
1910) E DO PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS
NA ATUALIDADE.**

Maria Cristina Viana Laguna², IFRS.

O artigo apresenta alguns excertos de práticas discursivas dos repetidores de classe encontradas nos documentos do acervo do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no período de 1855 a 1910. Tais práticas coincidem com discursos dirigidos aos tradutores e intérpretes de língua de sinais – TILS instituídos desde recomendações e orientações à documentos de Lei que hoje norteiam a atuação destes profissionais. A pesquisa que deu origem a Dissertação de Mestrado em Educação, teve inspiração nos Estudos Foucaultianos utilizando a noção de discurso (1984, 2008) operando com análises que sobressaltam algumas recorrências entre as profissões: repetidor de classe e TILS. Os excertos extraídos dos documentos foram analisados e relacionados com as pesquisas de Quadros (2004), Rosa (2005) e Santos (2006) em suas abordagens sobre a história e emergência dos TILS no Brasil. A sistematização de três unidades temáticas se deu pela recorrência de atribuições e condutas delegadas aos dois profissionais, os quais são: *moralidade*, *idoneidade* e *convivência*. Estas eram as condições exigidas para a atuação dos repetidores de classe com os alunos surdos nas primeiras décadas de existência do INES e hoje, parecem ser, também, condições fundamentais para a atuação dos TILS em atuações diversas.

Palavras-chave: Repetidor de classe do INES; Tradutor e intérprete de língua de sinais; Práticas discursivas.

Introdução

Este artigo é um esboço da pesquisa realizada sobre a atuação dos repetidores de classe no INES³, no qual trago alguns recortes dos discursos comumente encontrados na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais - TILS na atualidade. O material pesquisado consiste em documentos do acervo histórico do Instituto como atas e livros de

¹ LAGUNA, Maria Cristina Viana. MORALIDADE, IDONEIDADE E CONVIVÊNCIA: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. Porto Alegre, 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

² Mestre em Educação pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de tradução e interpretação de língua de sinais no Curso Técnico em tradução e interpretação de língua de sinais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS – Campus Alvorada. Membro da Comissão de Estudos Surdos do IFRS. Contato: cristina.laguna@alvorada.ifrs.edu.br.

³ Instituto Nacional de Educação de Surdos. Dado os movimentos políticos ocorridos no Brasil, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES sofreu sete alterações em sua denominação. Desta forma, esclareço que não pretendo utilizar o nome institucional em cada período, mantereí o uso da sigla INES, para todos os períodos, salvo apenas quando for parte de citação.

registros, além de documentos, como os relatórios de gestão⁴, que foram digitalizados e disponibilizados em Bibliotecas Virtuais⁵.

A pesquisa está inspirada na forma de trabalho de Foucault, quando ele analisa documentos históricos para pensar sobre a constituição de determinados sujeitos na história. Intencionamos transformar e multiplicar discursos, no sentido de mostrar que há outros discursos possíveis, além dos já registrados – discursos que ao longo do tempo produzem práticas e são produzidos por elas, multiplicando-se em outros discursos que hoje incidem sobre a atuação dos TILS.

Compreendo que a atuação do TILS ocorre em outros tempos e espaços em que os surdos se fizeram presentes, e foi isso que impulsionou a pesquisa sobre as práticas deste sujeito no período inicial de fundação do INES. Os excertos encontrados apresentam um conjunto de práticas do sujeito repetidor de classe e as aproximações dessas práticas com as atuações dos TILS na atualidade. O repetidor de classe, que atuava junto aos alunos surdos no INES, transforma-se no profissional que ganha visibilidade a partir da continuidade de práticas que atendiam a demandas dos surdos na instituição e que se expandem para atender as demandas externas como as delegacias e a justiça.

Durante a pesquisa alguns discursos eram recorrentes e conforme eu os identificava também construía unidades discursivas. Para a construção da Dissertação priorizei três unidades que são constantemente mencionadas como necessárias para o perfil profissional do repetidor de classe e que também aparecem nos discursos que são dirigidos aos TILS: formação moral, idoneidade⁶ e convivência.

Metodologia da Pesquisa

A pesquisa aos documentos do INES deu-se em novembro de 2013. Durante o tempo em que estive lá fiquei em dúvida sobre até que ano faria o recorte da pesquisa, fotografei os

4 Rocha (2009, p. 54) assume como gestão “um conjunto de práticas em uma dada instituição, nesse caso, o Instituto de Surdos, que reflete a política praticada nacionalmente, as ideias sobre educação geral e educação de surdos que circulam entre os sujeitos, as vozes antagônicas de seus profissionais, as características sócio-históricas de seus alunos e o perfil do gestor”.

5 *Center for Research Libraries* (CRL) disponível em: <<http://www.crl.edu>> e *Almanak Laemmert* disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=49740&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>>.

6 Idoneidade compreendida como competência e formação profissional.

documentos, realizei leituras dos documentos existentes nos acervos virtuais e diante de alguns achados concluí que a minha pesquisa seria até o ano de 1910, todos os documentos lidos foram discriminados em uma planilha a fim de organizar e sistematizar a pesquisa.

Algumas ferramentas de Michel Foucault foram úteis para esta pesquisa. O acervo do INES foi o primeiro lugar onde busquei por documentos para as análises pretendidas, havia muitos documentos do período de 1855-1910, e foi preciso pensar e repensar como olhar para eles e extrair as informações que me interessavam, bem como decidir sobre quais documentos seriam utilizados. As possibilidades metodológicas fizeram-se durante a busca no acervo digital e nas leituras dos livros de registro do INES, e desse modo as unidades discursivas foram construídas.

A historiadora Solange Rocha⁷ me informou sobre o acervo digital *Almanak Laemmert* e o site do *Center for Research Libraries* (CRL), os quais continham todos os documentos da época do Império, constituídos em três tipos: financeiro, atas e relatórios. Estes sites foram fundamentais para esta pesquisa, pois foi a partir deles que consegui juntar uma série de outros documentos. A cada instante que navegava nos sites, encontrava mais documentos que eram úteis para a construção do trabalho.

Criei uma planilha para registrar os documentos, e por várias vezes precisei fazer alterações até que estivesse claro e satisfatório. Essas mudanças de estratégia de uso dos instrumentos em meio à pesquisa são uma forma de “mapeamento discursivo”. De acordo com Saraiva (2006, p. 144), a forma como elaboramos, organizamos e sistematizamos “[...] já é uma parte da análise. O modo como se interage com o material já é, em si, uma imposição de significados”.

Os documentos que estavam disponíveis no CRL iam somente até 1889. Para continuar a pesquisa, precisei realizar outras buscas no site do *Almanak Laemmert*, nos livros de registros do INES e em produções acadêmicas. O *Almanak Laemmert* apresentava um acervo de registros a partir de 1891, no site da Biblioteca Nacional Digital, o que me possibilitou compreender os acontecimentos até o recorte final da pesquisa. Este site da Biblioteca Nacional Digital foi o mais difícil que acessei. Ele requer paciência e atenção, pois é um instrumento complexo de manusear; precisei várias horas para entender o procedimento.

Ao iniciar a pesquisa, havia pensado, primeiramente, em tratar da história do TILS, visto que lidaria com documentos históricos, mas em Foucault a história não é linear. Ele afirmava que não existem estruturas permanentes que tenham constituído ou que constituam

⁷ Professora e pesquisadora do INES, estava como diretora na época em que realizei a pesquisa.

uma determinada realidade, mas sim uma “experiência” em que os sujeitos se reconhecem como tal em suas especificidades.

Não sou historiadora, mas entendo que essa forma linear de contar uma história é algo que internalizamos desde nossa infância, pois estamos tradicionalmente habituados a querer comprovar, fomos condicionados durante o estudo acadêmico a buscar origens, a mostrar verdades, a pautar temas utilizando este ou aquele autor de notoriedade para embasar e solucionar problemas, evidenciar falhas em determinadas práticas. Foucault propõe quebrar essas formas estanques e tradicionais de escrita e registro. Ele propõe pensarmos “mais” a fim de que os conceitos sejam pensados e formados a partir do próprio discurso.

Para Foucault, a história a partir da materialidade documental, como livros, textos, narrações, registros, atas, regulamentos, técnicas, era para refletir a existência acumulada de discursos, onde ele buscava compreender a forma de pensamento de determinados períodos da história. (FOUCAULT, 2008). A relação entre sujeito e história é, para o filósofo, uma preocupação metodológica, em que a história é traçada a partir do momento em que determinados discursos, práticas e políticas se tornam objetos para o pensamento. A escolha do discurso como um campo teórico-metodológico possibilita-me analisar os discursos a partir dos excertos que apresentam práticas ainda “vivas” nos discursos dos tempos atuais. (FISCHER, 2001).

Ao apresentar algumas reflexões sobre as práticas do sujeito TILS na atualidade, acredito que é possível identificar na história atuações que é peculiar a esse profissional, o que me faz usar o termo intérprete empírico. Porém, o repetidor de classe, também apresenta recorrências de atuação semelhantes às dos TILS. Foucault diz que história é o sentido que damos a uma sucessão organizada das práticas ao longo do tempo, e esta vai ficando registrada na memória.

Moralidade, Idoneidade e Convivência: Alguns excertos e algumas discussões

A leitura dos primeiros documentos que tive acesso não responderam ao meu primeiro questionamento sobre como E. Huet se comunicava, não encontrei indícios da presença de qualquer intérprete nesses contatos iniciais entre ele e o Império brasileiro. E continuava intrigada até conhecer Margarida Adams (2003) que finalmente responde aos

questionamentos, ao tratar sobre a educação de surdos no México, país para onde Huet se mudou depois que se desligou do INES, a autora relata:

Muitos consideravam Huet homem sumariamente inteligente, com um dom natural para adquirir e aplicar idiomas. Dominava a língua de sinais francesa e tinha grande habilidade para leitura labial, assim como para ler e escrever quatro idiomas falados: o francês, espanhol, inglês e português. (Tradução minha). (ADAMS, 2003, p. 9).

Adams (2003) ainda registra os primeiros contatos e o encontro entre Huet e o governo mexicano. Além de se corresponderem por cartas, a autora cita o quanto Don José Urbano Fonseca, político influente da República do México, ficou impressionado com sua “extraordinária habilidade para comunicar-se com pessoas ouvintes”. (Tradução minha). (ADAMS, 2003, p. 10). É possível compreender que Huet também tinha habilidade para se comunicar com Dom Pedro II, e que possivelmente dispensava a presença de um intérprete. Assim, segui com a busca por outros registros a partir de 1861, após a saída de Huet.

O olhar que eu dirigia para os documentos era com base no conhecimento que eu já tinha sobre quem é o sujeito TILS e os discursos que o cercam, depois de ver a imagem do repetidor de classe no livro sobre a história dos 150 anos do INES, decidi me aprofundar sobre este profissional e no percurso da pesquisa, também olhei para o inspetor de alunos⁸.



Imagem 1: Repetidor de classe em 1936.
Fonte: Rocha, 2009, p. 153.

Esta imagem da atuação do repetidor me leva a considerar que a prática é muito semelhante à de um TILS. O que chama a atenção nessa imagem é a forma como esse repetidor está posicionado diante do aluno, pois sentar-se em frente ao surdo é uma prática assumida pelos tradutores-intérpretes de língua de sinais. Quem atua como TILS reconheceria que a atuação é semelhante.

O repetidor de classe era uma função que existia desde o início da institucionalização da educação no Brasil, de acordo com Rocha (2008) o repetidor tinha inúmeras funções entre

⁸ Esse profissional vai aparecer em alguns momentos das análises porque suas funções se estreitam com as funções do repetidor. Sua atuação é suprimida em 1876, e suas funções foram direcionadas ao repetidor de classe.

elas de repetir as lições, cuidar e disciplinar os alunos, além disso havia também o inspetor de alunos, que era um profissional responsável pela educação moral dos surdos no Instituto.

Para um aluno tornar-se repetidor, havia alguns critérios que deveriam ser seguidos, entre eles, ser bem-sucedido nos exames públicos. Nos documentos analisados, o repetidor de classe do INES aparece, pela primeira vez, em 1863, ano que marca também a chegada do diretor Dr. Manoel de Magalhães Couto, que esteve em Paris estudando e se preparando para assumir a administração e o ensino do Instituto em substituição ao Huet.

Nas leituras dos relatórios, atas e leis dentre os tantos discursos, identifiquei três unidades discursivas recorrentes sobre as práticas dos repetidores de classe e inspetor de alunos os quais, também, entendo serem discursos que implicam nas práticas dos TILS: Moralidade; Idoneidade e; Convivência.

Os documentos ressaltam constantemente *idoneidade moral e boas condutas* ao inspetor e ao repetidor, da mesma forma, percebo que aos TILS, também são atribuídas competências, e lhes é exigido perfil de caráter moral e ética (QUADROS, 2004; BRASIL, 2010).

Com a chegada de Tobias Leite em 1868, que reorganizou o INES e deu início a uma série de discursos sobre os surdos, a educação de surdos, o ensino e os profissionais, entre eles o repetidor. O diretor afirma, em seu relatório, que teve dificuldades de iniciar a gestão, pois não havia uma lei orgânica ou regimento interno que discriminasse os diversos serviços. O diretor ainda constatou a inexistência de práticas que pudessem mostrar como as tarefas eram desenvolvidas, o que explica a falta de mais informações sobre a atuação dos repetidores e inspetores antes de sua gestão.

Nos relatórios de Tobias Leite, encontrei vários registros sobre o caráter moral do inspetor, que era um profissional trabalhava diariamente com os alunos surdos do INES. O diretor faz frequentes observações sobre a importância de que sejam pessoas de boa índole e bons costumes para trabalhar com os surdos do Instituto.

Foucault (1984) trazia a discussão de que a moral é um conjunto de valores e regras impostas aos indivíduos pelo sistema social, ele se refere ao termo *governar*, não apenas o que é político ou administrativo, mas como atividade que consiste em conduzir condutas, ou a maneira pela qual nós mesmos nos conduzimos.

Assim, os excertos dos documentos que tratam de como os inspetores e repetidores deviam ser e como deviam agir – com condutas desejadas para um determinado sujeito, estabelecidas por princípios que, se espera, sejam assumidos por eles. Tobias Leite (1876) evidenciava a necessidade de que os profissionais repetidores e inspetores fossem mais

maduros, com “experiência da vida, **moralidade perfeita, costumes exemplares** e paciência inesgotável”.

Esse discurso sobre a necessidade do caráter moral e da pureza de costumes no perfil profissional é uma preocupação comumente encontrada entre os TILS. Quadros (2004) salienta que “todo o **intérprete deverá sempre usar o bom senso, de um alto caráter moral** e de ética em sua atuação profissional”. [Grifo meu]. (QUADROS, 2004, p. 43).

As discussões acerca da atuação do TILS envolvem uma tênue relação entre sua conduta moral e ética profissional. A moral era atribuída a um sujeito de boa índole e de boa conduta, ou seja, alguém que deveria possuir comportamentos aceitáveis socialmente. No entanto, a moral é também um cuidado de si, ou seja, é estar moralmente preparado, capacitado, percebendo suas limitações, reconhecendo a si mesmo como sujeito que tem a possibilidade de aceitar e preocupar-se consigo mesmo.

O cuidado aparece, mas com uma forma, ou melhor, com um peso moral; um cuidado que mobiliza o tipo de comportamento relacional do sujeito em face do outro e que revela a preocupação com a formação de uma categoria funcional: do intérprete como profissional – seus afazeres, os limites e possibilidades da própria atuação (MARTINS, 2013, p. 159).

Martins (2013) registra o cuidado que o profissional tradutor-intérprete de língua de sinais deve ter consigo, trata essa preocupação ética da atuação do profissional como uma inquietação que está mais relacionada à questão moral “no sentido da valoração do certo e do errado, de forma normalizada, e gerida por determinado grupo”. (MARTINS, 2013, p. 135). Não se trata da conduta diante do outro, mas do cuidado que se deve ter de si em face do outro.

Os discursos sobre a idoneidade que é a formação e competência profissional do repetidor de classe também foram encontrados e analisados nos documentos do INES. Percebe-se, nos relatórios de Tobias Leite, que as funções do repetidor eram quase a de um professor, e sua intenção era preparar esses profissionais para eventuais substituições e, se necessário, para que pudessem concorrer ao cargo de professor. A formação era uma das grandes preocupações do diretor Tobias Leite. De 1868 até 1876, os relatórios traziam a necessidade de profissional idôneo para exercer a função.

Os inspetores, ou censores de alunos, são os empregados que em todos os internatos devem **acompanhar os alunos nos atos da vida escolar. Se os indivíduos chamados para esses árduos e importantíssimos cargos não têm bastante dedicação para ser a sombra dos seus inspecionados, e bastante ilustração e virtudes para lhes servir de modelo, de pouco valem as leis, as ordens e a vigilância do Diretor.** [Grifo meu]. (LEITE, 1876, p. 8).

Tobias Leite ressaltava, que a competência não estaria apenas na formação profissional, mas na formação de caráter do sujeito. Em seus relatos colocava a dificuldade de localizar profissional qualificado para exercer a função e acreditava que a baixa remuneração fosse um dos impeditivos. Além disso, havia a necessidade e a obrigatoriedade de residir no estabelecimento. Para Tobias Leite, a função do repetidor, ao assumir também a inspeção dos alunos, foi uma conveniência, pois os repetidores poderiam cuidar e educar os alunos ao mesmo tempo.

Ao olhar os documentos que norteavam a prática do repetidor percebo as proximidades com o TILS. Mesmo que existam diferenças conceituais entre repetir e traduzir, olho para este período do repetidor e acredito que, na época, a língua de sinais ainda não tinha força e status de língua, por isso, talvez, o termo utilizado fosse repetir, quando posso também pensar que este repetir o conteúdo seja, no nosso tempo, interpretar o conteúdo.

Sobre a atribuição da função do TILS, Quadros (2004), antes mesmo da Lei 12.319/2010, já trazia as discussões realizadas pela categoria sobre a competência e a formação profissional:

O profissional intérprete de língua de sinais será um profissional altamente qualificado e prestará serviços observando os preceitos éticos e suas competências nas áreas em que atuará como intérprete. [Grifo meu]. (QUADROS, 2004, p. 87).

A preocupação com as condutas, com a forma como se comporta no ato de interpretar, sabendo seus limites de intervenção, as escolhas interpretativas, o conhecimento prévio e principalmente a competência prática, também é uma aproximação encontrada entre repetidores e TILS.

Art. 7º Os Professores de linguagem escrita serão nomeados por concurso entre os Repetidores.

Na falta de **Repetidores com a idoneidade necessária poderão ser nomeados os que, habilitados para Professor de instrução primária do Município da Corte, mostrarem pela prática no Instituto durante seis meses que reúnem as condições indispensáveis ao ensino do surdo-mudo.** [Grifo meu]. (BRASIL, 1873).

[...] o **intérprete de LIBRAS precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.** [Grifo meu]. (BRASIL, 2009, p. 12).

Estes discursos possibilitam pensar sobre a constituição dos sujeitos, que são subjetivados para determinadas formas de ser que se afastam da característica assistencialista e se aproximam da profissionalização. A disposição das atribuições de um profissional em leis nada mais é do que estratégia de qualificação. Entendo, de acordo com Perlin (2006), que a

criação de leis e regulamentos sobre a atuação dos TILS são estratégias pensadas pelos próprios profissionais.

Cabe processar esta formação em diferentes níveis, entre eles o epistemológico, o político e o estratégico. Em nível epistemológico poderíamos entender o modo de pensar a cultura, as mediações interculturais; por político, os jogos de poder e os estratégicos, que são as articulações em torno das especificidades da interpretação. (PERLIN, 2006, p. 145).

O diretor Tobias Leite ao relatar sobre a dificuldade de encontrar um repetidor que atendesse às exigências da profissão trazia como solução: a formação pela convivência.

Se como é minha intenção e ardente desejo eu conseguir repetidores que se identifiquem com os alunos, e com o ensino, terei realizado o ideal, que anelam todos os que estudam a fundo a organização e direção dos internatos, formar professores, que vivendo com seus discípulos, consagrem-lhes afeição paterna. [Grifo meu]. (LEITE, 1876, p. 7).

Nesse excerto, há um discurso para convivência. Nota-se que conviver com os alunos é algo que possibilita ao repetidor aprender aspectos peculiares sobre os surdos. Ele pensou na possibilidade de admitir meninos órfãos ouvintes para que fossem preparados desde cedo no convívio com os surdos e para que pudessem, mais tarde, se tornarem repetidores.

Para sair desse círculo em que tem rolado o Instituto, tenho pensado na admissão de meninos **órfãos falantes para serem educados com os surdos-mudos e dentre eles serem escolhidos** os que reunirem as condições precisas para esses difíceis e importantíssimos cargos.

Os efeitos desta providência serão muito demorados, não há dúvida, mas nas condições em que se acha a educação da nossa mocidade não vejo outro meio de formar professores para surdos-mudos [Grifo meu]. (LEITE, 1879, p. 4-5).

A possibilidade de admitir “meninos órfãos falantes” para estudarem no Instituto e conviverem com os surdos para que, assim que estivessem habilitados, pudessem assumir o cargo de repetidor, seria um processo de aquisição de competência. Uma competência que não se dá apenas pelo domínio da língua de sinais ou o conhecimento do conteúdo a ser trabalhado, mas pela necessidade de que esses profissionais tenham relação de convivência com os alunos.

[...] foi contractada uma senhora para habilitar-se nos ensino dos surdos-mudos, a qual encarreguei interinamente das funções de inspetora, por me parecer que, **convivendo com as alunas, mais fácil e rapidamente adquiriria as habilitações** de que carece para exercer o lugar de professora. [Grifo meu]. (LEITE, 1871, p. 11).

Sendo **os repetidores** os funcionários que **têm de conviver com os alunos** e servir-lhes de modelo de educação, deles dependem o futuro dos mesmos alunos e a disciplina do estabelecimento. [Grifo meu]. (BRASIL, 1895, p. 222).

Atualmente há um discurso muito forte sobre a convivência entre os TILS. A Secretaria Nacional de Justiça abordou a importância da formação ética, profissional e a convivência do TILS com os surdos.

Cabe a esses profissionais seguir preceitos éticos como imparcialidade, confiabilidade, discrição e fidelidade. Para a realização deste trabalho, é necessário que esses profissionais sejam capacitados em cursos específicos, oferecidos por entidades que atuam junto às pessoas com deficiência auditiva/surdez ou tenham certificação de proficiência em LIBRAS, oferecida pelo Ministério da Educação (MEC). **A convivência e a interação com a comunidade surda são fatores extremamente relevantes para a obtenção de fluência na língua.** [Grifo meu]. (BRASIL, 2009, p. 12).

Como é possível perceber a convivência não é uma discussão nova na história. Além dos relatórios do INES e dos documentos que hoje tratam sobre os TILS, a concepção de convivência é também defendida e debatida pela comunidade surda, mas tal convivência não se trata apenas de uma aquisição linguística, entendo que esta convivência é pela imersão cultural e pela compreensão das especificidades surdas. Algumas pesquisas apontam sobre a importância da convivência.

Também **na convivência com os surdos, o ILS desenvolve o seu conhecimento** de sinais, que excede os seus aspectos formais e que abrange os usos sociais dela (expressões idiomáticas, trocadilhos, etc.) que dela são constituídos. [Grifo meu]. (ROSA, 2005, p. 135).

As pessoas não nascem ILS, **elas tornam-se ILS ao longo da sua inserção nos espaços que surdos transitam, aprendendo por meio da convivência e da aproximação cultural** a entender os traços comportamentais, os valores e os sentidos que esses sujeitos atribuem às suas atitudes. Aos poucos, os ILS desenvolvem as habilidades que são pertinentes para a sua atuação profissional. [Grifo meu]. (SANTOS, 2006, p. 41).

Sabe-se historicamente que os TILS se constituíram nas suas relações com os surdos. Lacerda (2009) diz que, ao longo dos anos, a formação de um TILS tem se dado pela participação ativa da comunidade surda na sociedade. Não havia, até meados dos anos de 1980, uma formação para o TILS. Esse profissional foi se constituindo pela prática, ganhando prestígio junto à comunidade surda. Ser TILS, segundo a autora, é muito mais que apenas ser fluente, é estar inserido na comunidade surda, pois é lá que esse profissional ganha experiência prática.

Sobre esta experiência prática, encontrei no relatório de gestão de 1906, do Diretor Brasil Silvado (1903 - 1907) um relato dele sobre a formação dos professores, ele menciona que Leite Sobrinho e Candido Jucá, foram repetidores e que, depois de alguns anos, se

tornaram professores, tal feito se deu pelo o que aprenderam na prática, educando-se no contato com os surdos.

Mediante a fixação das práticas dos repetidores, e que também ocorre para os TILS, observa-se que os TILS chegam às legislações sob a ótica dos direitos dos surdos. Todas as discussões políticas sobre a atuação desse profissional vinham determinadas enquanto dever do profissional e direito do cidadão. Sobre esta lógica dos direitos, alguns documentos foram apontados e outros encontrados para compor a finalização desta pesquisa e ao mesmo tempo impulsionam para outras pesquisas.

Os livros de registros do INES compõem-se de uma série de requisições externas e internas, entre elas, destaco a solicitação de um professor, que apresenta o início de uma nova atividade para o INES, que, o professor além de instruir, com o decorrer dos anos, passa a atender demandas em outras instituições, marcando o início da atuação de outro profissional, que não é o educador. É possível compreender que a delegacia busca o INES como instituição especializada e, nela, conseqüentemente, profissionais especializados.

Em outro registro, de 19 de janeiro de 1907, aparece uma nova solicitação, vinda da 3ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal.

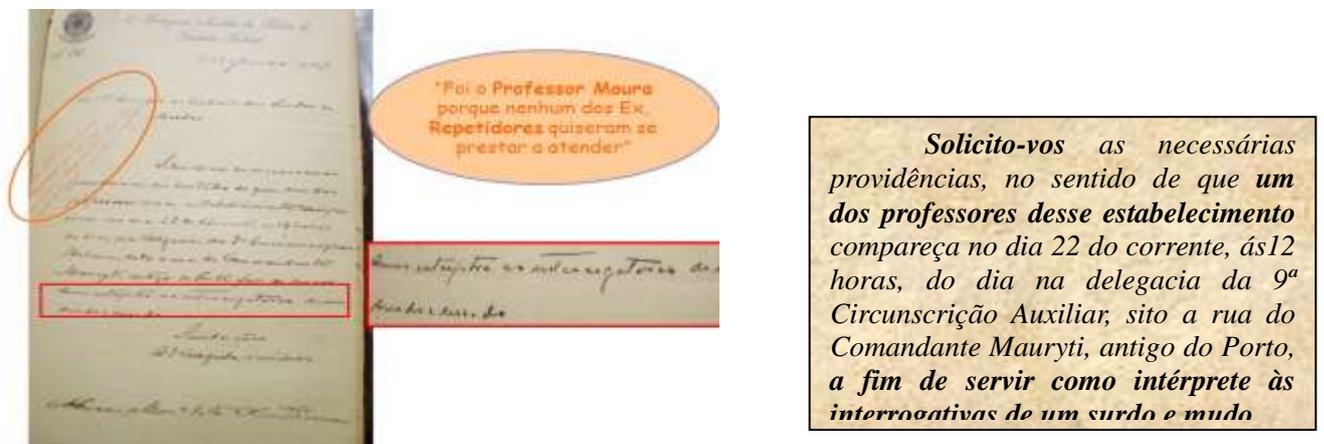


Imagem 7: Solicitação da 3ª Delegacia de Polícia.
Fonte: Livro de registros do INES de 1907 – fl. 84.

Reescrita por Laguna, 2015.

Com relação ao atendimento prestado nesta delegacia, nota-se, que há uma mudança no termo utilizado para o tipo de atendimento realizado pelo professor. Na primeira solicitação o delegado pede alguém para "tomar por termo as declarações" na última o delegado pede alguém para "servir como intérprete". Entendo que já havia nesta última solicitação, uma compreensão de que os surdos possuíam uma outra forma de comunicação e esta necessitava de um intérprete.

A resposta do diretor Brasil Silvado, quando encaminha Moura e Silva para esta última solicitação, em sua afirmação de que os repetidores “se negaram em prestar a atender”, me leva a refletir que esse tipo de atendimento nas delegacias cabia aos repetidores, e não aos professores. Investiguei no site da CRL os relatórios disponíveis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Ministério da Guerra e os relatórios do estado do Rio de Janeiro, mas não encontrei mais informações de quem prestou o atendimento e nem como foram esses atendimentos.

Diante dos atendimentos realizados pelas delegacias é possível que de alguma forma isso possa ter contribuído para o Decreto nº 8.332, de 3 de novembro de 1910, que aprova o Código do Processo Civil e Comercial do Distrito Federal.

No caso de ser necessário manter a ordem ou assegurar o direito das partes ou a exatidão dos depoimentos, qualquer dos interessados e as testemunhas podem requerer a presença do juiz. Art. 132. Se alguma testemunha não souber falar a língua portuguesa, o juiz nomeará intérprete, que prometerá traduzir fielmente as perguntas e respostas.

Art. 133. Do mesmo modo se nomeará intérprete para traduzir a linguagem mimíca do surdo-mudo.

Parágrafo único. Se, porém, o surdo-mudo souber ler e escrever, ser-lhe-á tudo perguntado por escrito, e por escrito responderá. [Grifo meu]. (BRASIL, 1910).

Considerando que o Código buscava garantir direitos e deveres, quando trata do chamamento, seja do réu ou da vítima, deve ser assegurada a “verdade”, a fim de que, ao realizar a execução jurídica, isso se faça com os aperfeiçoamentos e inovações. Percebe-se que, ao unificarem-se os dois processos, havia também o objetivo de atender às necessidades da época. Compreendo que as declarações de surdos nas delegacias e no judiciário passam a fazer parte desse novo cenário jurídico brasileiro, e, para tal, a presença de um TILS se fez necessária nessas situações.

A regulamentação da profissão do TILS pela Lei Federal 12.319/2010 apresenta no Art. 6º item V uma das atribuições do TILS, que deverá, no exercício de suas competências **"prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais"** [Grifo meu]. (BRASIL, 2010).

Os discursos jurídicos apresentados na pesquisa mostram a estreita ligação entre repetidor de classe e TILS. Suas atuações são comumente exercidas na educação e na sociedade, e, por essa razão, há muitas outras fontes que podem ser analisadas, como documentos da polícia, do setor judiciário e de outros tantos setores que podem ter registrado a atuação dos TILS a partir de 1910.

Acredito que, muito mais do que as recorrências das práticas dos sujeitos, existem também modos de ser do sujeito repetidor de classe que nos remetem aos TILS. Trata-se de sujeitos apagados na história sobre a educação de surdos, revividos nas memórias das narrativas empíricas de determinados sujeitos numa determinada época. Documentos ora esquecidos ou descartados, agora investigados e analisados, montam uma história ainda cheia de lacunas, mas que nos reporta a outras histórias passíveis de serem pensadas.

Discursos Inconclusos

O objetivo da pesquisa foi analisar os discursos sobre a atuação do repetidor de classe e do TILS a partir daquela imagem de 1936, apresentada pela historiadora Solange Rocha (2008), olhando a postura do repetidor e associando a postura tomada pelos TILS, me senti impulsionada a compreender sobre as práticas produzidas nos e pelos discursos e sobre o quanto esses discursos também foram produzidos por essas práticas. Ao observar a recorrência de alguns discursos organizei três unidades discursivas que se referem a Moralidade, Idoneidade e Convivência.

Os discursos morais tratam de um sujeito de condutas adequadas e aceitáveis para cuidar dos alunos surdos e servir-lhes de modelo. A moralidade passa do conjunto de condutas aceitáveis para um conjunto de reflexões sobre si e sua atuação diante do outro.

Os discursos sobre idoneidade dos profissionais apresentam recorrências discursivas sobre as competências práticas e a formação e qualificação dos repetidores e dos TILS.

Os discursos sobre a convivência apontam para a necessidade de conhecimento cultural e linguístico. A partir da análise dos excertos encontrados sobre os repetidores e os TILS, a competência profissional se desenvolvem e se efetiva no contato e convivência com surdos.

O INES foi um importante espaço de discussão sobre a educação de surdos e a formação dos profissionais. A partir dessa instituição e dos seus discursos, os profissionais deslocam-se para atuar em outros espaços, como as delegacias e os espaços jurídicos.

Essa trajetória em que se percebe a atuação do repetidor, que vai para além do repetir as lições, ocorre também com o sujeito TILS, que passa a ter visibilidade a partir da visibilidade que se dá ao sujeito surdo, atendendo-o na sociedade. Essa é uma trajetória política, de movimento, em que se instituem novas leis para novas necessidades.

Se a sociedade se configurava para os direitos do cidadão, o Decreto nº 8.332/1910 mostra que os surdos também ganharam o direito de serem ouvidos, garantindo-lhes o direito a um “intérprete para traduzir a linguagem mímica do surdo-mudo”. Nesse decreto, já havia o reconhecimento profissional do TILS, e 100 anos se passaram para que a profissão fosse regulamentada pela Lei Federal 12.319/2010. E vem a curiosidade que me é tão peculiar: o que se sucedeu depois do decreto de 1910? Será que há outros registros na polícia? Talvez na justiça? Na saúde pública? Essas e tantas outras histórias ainda podem ser contadas.

Referências

ADAMS. Margarita G. **Historia de la educación de los sordos en Mexico y Lenguaje por Señas Mexicano**. Una esperanza para hispanos sordos: incluye la primer reseña historica de la educación de los sordos en Mexico (History of the education of the deaf in Mexico and Mexican Sign Language: hope for the Hispanic deaf : includes the first historic review of the education of the deaf in Mexico). Edition in spanish. San Diego, California: Fundación de Sordos Hispanos, 2003. 232 pp.

ALMANAK. Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1857. **Instituto Imperial para surdos-mudos de ambos os sexos**. In: Center for Research Libraries: global resources network. Ministério do Império. Rio de Janeiro: 1857. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **A classificação indicativa na Língua Brasileira de Sinais**. Secretaria Nacional de Justiça. (Org.). [Cartilha] Brasília: SNJ, 2009. 36 p. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Cartilha_libras.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 8.332, de 3 de novembro de 1910**. Approva o Código do Processo Civil e Commercial do Distrito Federal. Diário Oficial da União Rio de Janeiro: 04/11/1910, Seção 1. p. 9200. [Legislação informatizada]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8332-3-novembro-1910-498462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 fev. 2014.

_____. **Lei Federal 12.319 de 1º setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União. Casa Civil. Brasília/DF: 2010, Seção 1 - 2/9/2010. p.1 [legislação informatizada]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-publicacaooriginal-129309-pl.html>>. Acesso em 16 jul. 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. In: Cadernos de Pesquisa, n. 114. Nov. 2001. Pp. 197-223. São Paulo: 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)** (Coleção Tópicos). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de. **Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009. v. 1. 95p.

LEITE, Tobias Rabello. Relatórios de Gestão. In: **CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES** (CRL). Catálogo On Line. Brazilian Government Document Digitization Project. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu>>. Acesso em: Dez. 2013.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-Mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional**. Campinas, 2013. 253f. Tese [Doutorado em educação]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 2013.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais (ILS). In: **Educação Temática Digital - ETD**. Artigo. Processos Tradutórios, Línguas de Sinais e Educação Grupo de Estudos e Subjetividade Campinas. v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/viewFile/1636/1484>>. Acesso em 12 de abr. 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC/SEESP, 2004.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: INES, dez. 2008.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas, 2005. 205f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 2005.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Florianópolis, 2006. 198f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Programa de Pós Graduação em Educação. UFSC, Florianópolis, 2006. 198p.

SARAIVA, Kátia. **Outros Tempos, Outros Espaços: internet e educação**. Porto Alegre: 2006. Tese [Doutorado em Educação]. 275f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.